



**Comissão Nacional  
Eleitoral • ANGOLA**

**DIRECTIVA Nº 06/CNE/2012**

**Sobre as Infracções Eleitorais**

**LUANDA  
AGOSTO – 2012**

## **DIRECTIVA N.º 06/CNE/ 2012**

**De 23 de Agosto**

Considerando que a Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, atribui competência à Comissão Nacional Eleitoral para conhecer e decidir sobre as infracções eleitorais e, em alguns casos, aplicar sanções aos seus autores, sobretudo aos partidos políticos, coligações de partidos políticos concorrentes às eleições gerais;

Considerando que compete à Comissão Nacional Eleitoral aprovar directivas, nos termos da alínea n) do artigo 144.º, da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro, Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, e da alínea g) do artigo 13.º da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril, Lei Orgânica sobre a Organização e o Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral;

O Plenário da Comissão Nacional Eleitoral, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 e do artigo 17.º, da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril, aprova a seguinte:

### **DIRECTIVA SOBRE AS INFRACÇÕES ELEITORAIS**

#### **1.º (Objecto)**

A presente Directiva desenvolve as normas legais que prescrevem as sanções das infracções eleitorais, sobre as matérias da competência da Comissão Nacional Eleitoral.

#### **2.º (Infracção eleitoral)**

Constitui infracção eleitoral, no âmbito das eleições gerais, todo o tipo de acto ou omissão doloso ou negligente de qualquer agente eleitoral que tem o dever

legal de tomar determinado comportamento positivo ou negativo perante uma situação concreta, punível nos termos da legislação eleitoral.

### **3.º**

#### **(Tipos de infracções eleitorais da competência da CNE)**

1. A Comissão Nacional Eleitoral conhece e decide sobre as infracções eleitorais da sua competência;
2. As sanções aplicadas pela Comissão Nacional Eleitoral, não prejudicam as penalidades de carácter civil ou criminais aplicadas pelas autoridades competentes.
3. As demais infracções eleitorais tipificadas na legislação eleitoral, de que a Comissão Nacional Eleitoral tenha conhecimento, mas que não sejam da sua competência, são remetidas para os órgãos competentes.

### **4.º**

#### **(Modelo de deliberação)**

As decisões sobre as infracções eleitorais são tomadas de acordo com o modelo em anexo à presente directiva.

### **5.º**

#### **(Tempo de decisão)**

A Comissão Nacional Eleitoral e os seus órgãos locais, tomam a decisão em tempo útil para aplicação da sanção ao infractor, consoante o tipo de infracção, sem prejuízo da garantia do contraditório sumaríssimo.

### **6.º**

#### **(Modo de procedimento)**

A Comissão Nacional Eleitoral e os seus órgãos locais, antes de tomar a decisão, notifica e ouve o infractor no prazo de até 12 horas, contadas da hora da recepção da notificação.

**7º**

**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões que se suscitem na interpretação e aplicação da presente Directiva são resolvidas pelo Plenário da Comissão Nacional Eleitoral.

**8º**

**(Entrada em vigor)**

A presente Directiva entra em vigor na data da sua aprovação.

Apreciado e aprovado pelo Plenário da Comissão Nacional eleitoral, aos 23 de Agosto de 2012.

**P'lo Plenário**



---

**André da Silva Neto**  
**(Presidente)**